

Deputados tentam impedir votação do projeto em reunião com Bresser

por Jurema Baesse
de Brasília

A aprovação do projeto de conversão da dívida externa em capital de risco pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) se constituiu num confronto entre os poderes Executivo e Legislativo. A afirmação é do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que esteve, ontem, minutos antes da reunião do CMN, acompanhado de mais seis deputados, reunido com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para tentar impedir a aprovação do projeto.

Ramos alegou que a Comissão de Sistematização "aprovou um projeto que veda, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco". Esta aprovação, segundo ele, ocorreu no dia 12 de julho. Além disso, acrescentou, a convenção do PMDB no dia 19 de julho, decidiu que o partido só tomaria posição com relação à questão depois que o Congresso Nacional aprovasse as normas para a conversão.

Segundo o deputado, que solicitou ao conselheiro Calixto Ramos, representante dos trabalhadores no Conselho, que lesse uma nota de desaprovação ao projeto de conversão a todos os conselheiros, o próprio ministro da Fazenda participou da convenção do partido e tinha conhecimento da decisão. Ao deixar a reunião com Bresser, o deputado do PMDB afirmou que, "caso o Conselho insistisse em aprovar o projeto, o partido poderia exigir que o ministro da Fazenda deixasse os quadros do PMDB".

No encontro com os parlamentares, segundo o deputado Vilson de Souza (PMDB-SC), o ministro da Fazenda afirmou que desconhecia o documento aprovado pela convenção nacional do PMDB. Bresser disse aos deputados que "não poderia suspender a reunião e sustar a decisão, porque estava comprometido com os empresários e com o presidente José Sarney", segundo relato feito pelo repórter Zanoni Antunes.

O ministro da Fazenda, por sua vez, afirmou que o "País não poderia parar a sua economia na espera de decisões da Assembléia Nacional Constituinte". O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, afirmou que "qualquer que seja a decisão da Assembléia, no plenário, ela será acatada". Segundo ele, o Executivo voltará a manter entendimentos com o Congresso sobre a questão.

Nota preparada pelos deputados

Abaixo a íntegra do documento preparado por deputados contra aprovação do projeto de conversão da dívida:

Aos Srs. Membros do Conselho Monetário Nacional

A par do que consta na pauta dos trabalhos de hoje do C.M.N., em relação à apreciação das Normas elaboradas pelo Banco Central, com vistas à conversão da dívida externa em "Capital de Risco", tomamos a iniciativa de levar ao conhecimento de Vossas Excelências o seguinte.

1) — A Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprovou um Projeto de decisão nos seguintes termos:

"Fica vedada, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em Capital de risco em território Nacional."

2) — O Exmo. Sr. Senador Mauro Benevides, presidindo a Sessão de ontem da A.N.C., ao decidir questão de ordem a respeito do tema, assim se pronunciou:

"Posso dizer a V.Exa, neste momento, que, se a Assembléia Nacional Constituinte, apreciando Projeto de Decisão no exercício pleno da sua soberania, obviamente, se qualquer decisão a nível de governo tiver sido adotada e representar infringência à deliberação desta casa, haverá de prevalecer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte sobre qualquer decisão governamental."

3) — A última Convenção Nacional do PMDB, partido a que pertence o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, deliberou que o processo de Conversão da dívida obedeceria a normas a serem estabelecidas pelo Congresso Nacional.

Na certeza de que os membros do Conselho Monetário Nacional saberão respeitar e resguardar a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, Subscrevemos, (assinaturas ilegíveis).